

(In)segurança hídrica: garantindo o direito à água

Alex John Loftus

King's College London. London. United Kingdom

crisantemo_s@icloud.com

 0000-0002-8136-1224

Tradução

Ana Cristina Augusto de Sousa

Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde

Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro. Brasil

anacris.sousa@ensp.fiocruz.br

 0000-0002-5288-2274

e-182666

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 25 • nº 2 (2021)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

LOFTUS, A. (In)segurança hídrica: garantindo o direito à água. Trad. Ana Cristina Augusto de Sousa. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-182666, ago. 2021. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182666>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.182666>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 Licence

(In)segurança hídrica: garantindo o direito à água

Resumo

Este artigo relê os debates sobre segurança e insegurança da água por meio de ferramentas dos estudos geográficos críticos. Ele procura mostrar o valor dessa perspectiva crítica para a conquista do acesso à água para todos. Embora rejeite a simples desvalorização dos principais discursos sobre segurança hídrica, o artigo observa sua falha em politizar adequadamente os processos e as relações que reproduzem as desigualdades hídricas. Encontrando lições em escritos recentes sobre ecologia política, ciclo hidrossocial e direito à água, o artigo conclui com a afirmação de Gramsci sobre construir a partir de conhecimentos fragmentados, mas implícitos nas lutas, a conquista do acesso democrático à água.

Palavras-chave: Direito à água. Segurança hídrica. Gramsci. Ecologia política.

Water (in)security: securing the right to water

Abstract

This paper rereads debates over water security and insecurity through the tools of critical geographical scholarship. It seeks to demonstrate the value of such a critical perspective in achieving access to water for all. While rejecting a simplistic dismissal of mainstream discourses on water security, the paper notes the failure to adequately politicize the processes and relationships that reproduce water inequalities. Finding lessons in recent writings on political ecology, the hydro-social cycle and on the right to water, the paper concludes with a Gramscian claim to build from the fragmented but situated knowledges implicit in struggles to achieve democratic access to water.

Keywords: Right to water. Water security. Gramsci. Political ecology.

1 Traduzido a partir do original: LOTFUS, A. Water (in)security: securing the right to water. *The Geographical Journal*, v. 181, n. 4, p. 350-356, 2015. doi: <https://doi.org/10.1111/geoj.12079>.

(In)segurança hídrica: assegurar o direito à água

Resumen

Este artículo revisa los debates sobre seguridad e inseguridad hídrica utilizando herramientas de estudios geográficos críticos. Busca demostrar el valor de esta perspectiva crítica para lograr el acceso al agua para todos. Si bien rechaza la devaluación total de los principales discursos sobre seguridad hídrica, el artículo señala su incapacidad para politizar adecuadamente los procesos y relaciones que reproducen las desigualdades hídricas. Encontrando lecciones en escritos recientes sobre ecología política, el ciclo hidrosocial y el derecho al agua, el artículo concluye con una declaración de Gramsci de construir a partir del conocimiento fragmentado, pero implícito en las luchas, el logro del acceso democrático al agua.

Palabras clave: Derecho al agua. Seguridad hídrica. Gramsci. Ecología política.

Introdução

Os geógrafos têm sido céticos, com razão, em relação à “conversa da segurança”. Philo (2012) expõe as razões pelas quais tal ceticismo se justifica, enquanto, ao mesmo tempo, sugere uma concepção mais aberta e crítica de segurança. A pesquisa sobre segurança hídrica não pode, entretanto, ser abandonada por geógrafos críticos da mesma maneira (para uma revisão crítica, mas bem mais simpática, ver Bakker, 2012a). Baseando-se menos nos discursos sobre “segurança nacional”, boa parte dos principais trabalhos sobre segurança hídrica foi informada e influenciada por noções de segurança humana e ambiental, bem como por debates recentes em torno da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (Bakker, 2012a, p. 915). Assim, os temas da segurança hídrica são, na maioria das vezes, os mais pobres e vulneráveis do mundo: a maior preocupação é livrar o mundo da dupla ameaça das inundações catastróficas e escassez de água potável (junto com inúmeras ameaças de doenças transmitidas pela água e desidratação), ao invés da preservação de um recurso limitado para os interesses dos ricos dentro dos limites de uma comunidade imaginária – a nação (ver Anderson, 1991). O problema a ser enfrentado por aqueles que definem sua preocupação como sendo a segurança hídrica continua sendo enorme: vivemos em um mundo em que mais de 700 milhões de pessoas ainda não têm acesso seguro e sustentável à água potável (WHO, 2012). Se segurança hídrica trata do fornecimento de água para essas pessoas e evitar a morte de 5.000 crianças por dia por doenças diarreicas, então eu sou totalmente favorável a ela.

No entanto, aceitar que existe um nítido problema na distribuição desigual de água ao redor do mundo não implica necessariamente uma aceitação das estruturas normativas que compõem o pensamento dominante sobre segurança hídrica. Assim, criticarei as visões dominantes sobre segurança hídrica, mas não seu impulso principal, a saber, a clara necessidade de estender a água potável para todos.

Minha perspectiva será diferente da revisão mais simpática de Bakker (2012a), na qual ela pede que se forje uma nova relação entre pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas, visto que eu procuro aprender com as lutas em curso para transformar as relações sociais que produzem e reproduzem as desigualdades numa base contínua. Este artigo é muito mais um apelo à mudança política do que uma intervenção no debate sobre políticas públicas. Meu objetivo é explorar as maneiras pelas quais se pode ampliar o acesso a água potável, aumentando o que muitos chamariam de “segurança hídrica”, ao mesmo tempo em que desafio as visões dominantes sobre “segurança hídrica”. Ao fazê-lo, pretendo enfatizar as contribuições que a práxis da geografia radical pode trazer ao tentar encorajar abertamente, mas não sem o devido cuidado, o cruzamento de fronteiras (Philo, 2012, p. 6).

O artigo começará mapeando os principais discursos dominantes sobre segurança hídrica. Reconhecendo os perigos de generalizar uma produção diversificada como essa, eu vou destacar as tendências que levam a interpretações tecnocráticas e despolitizadas da segurança e da insegurança hídrica. Apesar dessas ressalvas, permaneço atento aos avanços dos últimos anos. De acordo com o Programa Conjunto de Monitoramento (Joint Monitoring Programme – JMP) dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), temos agora milhões de pessoas a mais com acesso à água do que há duas décadas (WHO, 2012). Não importa o quanto se lamenta as falhas do desenvolvimento, o ODM para a água foi alcançado. Por um lado, o cumprimento dessa meta parece demonstrar o sucesso de uma coalizão de empresas, sociedade civil global, cientistas e governos (Gray; Sadoff, 2007). Por outro lado, a sustentabilidade da oferta é altamente questionável. Décadas de pesquisas sobre o abastecimento de água mostraram que ter bombas no solo não significa necessariamente uma oferta segura e suficiente de água (Mollinga, 2008). Em debates semelhantes em torno do direito à água, estudiosos mais cautelosos questionaram se a conquista desse direito resultará em mudanças materiais (Bakker, 2012b; Sultana; Loftus, 2012). Na verdade, uma luta para democratizar o acesso à água pode ceder rapidamente a uma agenda reformista que beneficia mais os interesses privados que os públicos (Bakker, 2012b; Bustamante; Crespo; Walnycki, 2012). A metade final do artigo irá, portanto, explorar o potencial imanente das lutas pelo direito à água. Aqui, colocarei em prática as afirmações tanto dos geógrafos radicais quanto (parafrazeando Gregory em Philo, 2012) dos geógrafos materialistas históricos em outros momentos da vida.

Discursos do establishment sobre segurança hídrica

A segurança hídrica está amplamente preocupada em proteger a população dos riscos associados ao excesso ou à falta de água. Como demonstra Philo (2012, p. 1), é extremamente importante *para quem* a segurança é buscada e *quem* é considerado o sujeito da segurança hídrica. Nesse sentido, os principais debates em torno da segurança hídrica frequentemente reificam o Estado-nação, alimentando a cautela geopolítica, se não o conflito geopolítico aberto entre uma comunidade imaginada e outra. A clássica formulação de Kaplan (1994) sobre “o ambiente como [...] a questão da segurança nacional do início do século XXI” é o melhor exemplo de como formas de determinismo ambiental podem ser incluídas em tais discursos geopolíticos e como a “escassez de água” pode servir de base para o conflito interestatal. No entanto, se a preocupação com a segurança hídrica diz respeito a uma população sem acesso

a oferta suficiente de água segura (ou exposta a um alto risco de inundações), independentemente do Estado-nação, então isso assume outro tom. Este segundo uso do termo, que enquadra a segurança hídrica como uma questão de segurança humana, e enfatiza a preocupação com os mais vulneráveis no mundo, é o que prevalece agora nas esferas das políticas. Assim, houve uma reversão parcial da distinção “eles/nós” característica do discurso da segurança nacional: “nós” lutamos para garantir o acesso seguro para “outras” populações vulneráveis, ao invés de proteger as “nossas” fronteiras e alimentar o conflito por um recurso limitado.

Existem, é claro, vários outros usos do termo no discurso dominante (para uma revisão abrangente, consultar Lankford et al., 2013 e Cook e Bakker, 2012). Um uso ligeiramente diferente da segurança hídrica permitiu que ela se tornasse um slogan crucial nas discussões da seca que afetou grandes partes da Inglaterra no início de 2012. A segurança hídrica também é uma preocupação há décadas para os escoceses e nacionalistas galeses. De maneiras diferentes, ela diz respeito a ricos magnatas do petróleo, biólogos da conservação e toda uma série de outros que empregam o termo aparentemente de maneiras contraditórias. No entanto, dado o seu uso dominante e a sua associação com a melhoria das condições de vida das populações mais carentes do mundo, parece justo afirmar que alguns discursos sobre segurança hídrica podem valer a pena. Procederei, assim, nessa base, tendo sempre em mente os diferentes referentes e o risco sempre presente de afundar nas águas turvas da “segurança nacional”.

Philo (2012) enfatiza que os discursos de segurança não existiriam sem as “inseguranças” que os criam. A forma de conceituação de insegurança hídrica é, portanto, crucial para entender como a segurança hídrica será posteriormente enquadrada. Mesmo que as discussões sobre segurança hídrica invertam algumas das relações de poder dos discursos de segurança nacional, as causas da insegurança hídrica são frequentemente naturalizadas de uma maneira muito problemática. A política e o poder são eviscerados de tais análises. Assim, nas discussões despolitizadas de segurança hídrica que predominam, essa tendência naturalizante rapidamente escorrega para uma forma de determinismo: a insegurança hídrica é o resultado de chuvas insuficientes e não da distribuição injusta na oferta de água potável. A surpreendente capacidade dos ricos de obterem acesso ao abastecimento de água, enquanto o mesmo não ocorre com os pobres, é retratada como uma questão meramente técnica, a ser resolvida por meio de soluções de engenharia, e não por meio de uma transformação da estrutura de poder a partir da qual emerge essa distribuição injusta. No trabalho de Brown e Lall (2006), esse determinismo é levado mais adiante: a insegurança hídrica é mostrada como um obstáculo ao desenvolvimento econômico de um país. Essas perspectivas se relacionam diretamente ao determinismo ambiental tão ferozmente criticado pelos geógrafos radicais (Harvey, 1974): em suma, chuvas inadequadas tornam as pessoas pobres. Nos termos mais floreados e ainda assim determinísticos de Gray e Sadoff (2007), as populações no Sul global são “reféns da hidrologia”.

Se a base determinística ambiental pela qual grande parte do discurso dominante da segurança hídrica é construído pode ser considerada problemática, então o progresso feito para livrar o mundo da insegurança hídrica (e visto no cumprimento antecipado das metas do ODM para água potável) deve ser acolhido sem reservas? Os números são realmente impressionantes: de acordo com o JMP da OMS e do UNICEF, 2 bilhões de pessoas ganharam acesso a uma oferta melhor de água entre 1990 e 2010. Embora 783 milhões de pessoas ainda não tenham acesso

(11% da população mundial), o JMP estima que 92% terão acesso até 2015 (WHO, 2012). É claro que esses números globais mascaram grandes disparidades entre as diferentes regiões do mundo. Os números da África Subsaariana estão terrivelmente atrás, apesar de um aumento de 22% no acesso daqueles que vivem na região. Muito do aumento pode ser explicado por grandes mudanças dentro de um país do mundo – a China. Mas, o mais importante, eu questionaria tanto a transformação qualitativa que esses números sugerem quanto a sustentabilidade da situação. Ser um dos 2 bilhões sortudos que ganharam acesso a um abastecimento de água melhor desde 1990 não significa necessariamente ter ganhado uma rede com pressão total dentro de casa. Embora o abastecimento em rede traga seus próprios problemas para a segurança da água, esse “padrão ouro” de prestação de serviços parece uma possibilidade ainda mais distante do que nunca para muitos daqueles para quem um fornecimento “melhorado” equivale a pouco mais do que a concretização de um poço existente.

A experiência da África do Sul em expandir a oferta de água a um grande número de pessoas no período imediato ao pós-apartheid fornece um lembrete gritante das dificuldades de sustentar o acesso melhor. Grande parte da nova infraestrutura na África do Sul rapidamente se paralisou quando reparos simples nas bombas não foram realizados ou quando moradores foram desconectados devido à incapacidade de pagar pelos serviços. O uso de cartões de pré-pagamento em fontanários no norte de Kwa-Zulu Natal foi, além disso, associado à rápida disseminação de um surto de cólera na virada do novo milênio (Deedat; Cottle, 2002). Dados muito polêmicos de uma pesquisa conduzida pelo Human Sciences Research Council sugeriram que até 10 milhões de pessoas foram afetadas por cortes de água no período pós-apartheid até 2002 (McDonald; Pape, 2002). Os números são totalmente plausíveis, embora tenham sido rejeitados pelo Department for Water Affairs and Forestry, e o Human Sciences Research Council, forçado a retirá-los. Quando considerado junto à alegação de que muitos dos serviços de água recém-instalados haviam falido devido a níveis inadequados de financiamento para a operação e manutenção, há razão em questionar se os números retratados para a população global são, de fato, adequados para fazer alegações sólidas sobre melhorias, conforme as sugeridas pelos ODM. Em suma, continuo não convencido de que um número igualmente alto de pessoas terá acesso a fontes seguras de água em 2015. Doadores, agências de ajuda e ONG estão claramente cientes de tais problemas e, por isso, vêm concentrando sua atenção em melhorar a sustentabilidade de fornecimento de serviços de água (Jones, 2013).

Embora a segurança hídrica pareça um alvo um tanto diferente para a pesquisa crítica do que a segurança nacional, os principais discursos sobre segurança hídrica claramente apresentam problemas. Primeiro, a discussão das “inseguranças” hídricas frequentemente despolitiza as questões do acesso à água. Tal despolitização negligencia os interesses envolvidos na reprodução das inseguranças hídricas existentes² e também se baseia numa compreensão profundamente problemática da relação entre as pessoas e as instituições, e o terreno político e econômico em que elas operam. Em segundo lugar, retirar a política da distribuição de água pode rapidamente cair

2 Um exemplo particularmente claro dos interesses que podem ser mantidos pela reprodução da insegurança hídrica pode ser visto numa série de anúncios veiculados na imprensa financeira do Reino Unido em 2012, em que a insegurança hídrica é apresentada como uma oportunidade de investimento.

no determinismo ambiental, levando a pobreza e a insegurança hídrica a serem vistas como o resultado do destino do local de nascimento, e não de um conjunto de relações sociais que podem ser transformadas. Terceiro, apesar dos aparentes ganhos dos últimos anos na melhoria da segurança hídrica por meio de medidas tecnocráticas, as melhorias em um nível global escondem sérias questões sobre a sustentabilidade do fornecimento dessa água, assim como disparidades entre as diferentes regiões do Sul global. Dadas essas críticas, gostaria de propor uma abordagem um pouco diferente, por meio da qual possamos abordar a questão central de como garantir que as populações vulneráveis do mundo tenham acesso a fontes de água melhores e sustentáveis. Vou aproveitar mais significativamente o trabalho da geografia crítica, mas também vou olhar para as práticas dos movimentos sociais existentes para mais lições (para outro enquadramento de estrutura que enfatize questões da “governança da água”, ver Cook e Bakker, 2012). Minha esperança é que haja uma nova síntese de teoria e prática, informada por movimentos sociais ativos, que fale mais amplamente sobre como geógrafos críticos podem negociar a conjuntura atual.

Ecologia política e ciclo hidrossocial

Talvez a contribuição central da Ecologia Política para os debates ambientais seja sua insistência em romper com as leituras determinísticas dos problemas ambientais e uma atenção paciente às possibilidades de mudança transformadora. Como Robbins (2011) argumenta sucintamente, a ecologia política se opõe a leituras *apolíticas* das mudanças ambientais. Em vez disso, os ecologistas políticos frequentemente empregam ferramentas críticas a fim de disponibilizar leituras normativas das relações homem-meio ambiente. Essa postura crítica (embora frequentemente com menos do normativo) aparece fortemente no trabalho sobre a ecologia política da água. Assim, no que hoje é uma afirmação clássica, Swyngedouw, Kaika e Castro (2002) argumentam:

As questões da produção socioambiental passam a ser, assim, questões fundamentalmente políticas. A ecologia política tenta descobrir quem ganha e quem paga, quem se beneficia e quem sofre (e de que maneiras) com processos específicos de alteração circulatória metabólica. O programa político, então, da ecologia política é valorizar o conteúdo democrático da construção socioambiental por meio da identificação de estratégias por meio das quais uma distribuição mais equitativa do poder social e um modo mais inclusivo de produzir naturezas (de produzir processos circulatórios metabólicos) podem ser alcançados.

Para Jamie Linton (2010), valendo-se do materialismo histórico e de abordagens ator-rede, a ruptura de uma natureza discreta e de uma sociedade discreta, e, por isso, uma ênfase nas múltiplas determinações compreendendo o socionatural, implica a necessidade de um entendimento do ciclo hidrossocial, em vez do que veio a ser conhecido como ciclo hidrológico. “Água”, afirma Linton (2010), “é o que fazemos dela”. Para entender melhor o envolvimento das sociedades humanas na formação do ciclo hidrossocial, é necessário um esforço para historicizar e espacializar um conjunto distinto de relações socionaturais. A crise mundial da água, para a qual o discurso moderno sobre segurança hídrica é visto como uma resposta, é uma crise enquadrada pelas lentes da água moderna abstrata – água que foi reduzida a sua mera dimensão

quantitativa. Desafiar essa abstração moderna e reenquadrar a água nas suas dimensões qualitativas – e na sua relação mutuamente coevolutiva com práticas históricas e geograficamente específicas – torna-se o desafio da práxis crítica em Linton.

Bakker (2010), da mesma forma, muda a atenção de uma crise da água naturalizada que emerge da sede insaciável de um mundo superpovoado para a crise de governança da água. Compreender bem a política geral e as políticas específicas e reformular as relações com a água tornam-se cruciais para evitar uma crise da qual as sociedades fazem parte, e não da qual estão apartadas. A influência de estudos críticos como os de Bakker (2003) ou de Swyngedouw (2004) pode ser vista no Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU em 2006. Os documentos de referência para esse relatório foram cancelados por vários geógrafos importantes: sua marca no relatório final é notável, e o documento representa uma mudança radical no enfoque de alguns, senão de todos os formuladores de políticas. A introdução do relatório afirma claramente “A disponibilidade de água é uma preocupação para alguns países. Mas a escassez no cerne da crise global da água está enraizada no poder, na pobreza e na desigualdade, não em sua disponibilidade física” (UNDP, 2006, p. 2). Essa declaração vem imediatamente após uma enorme rejeição do enquadramento malthusiano das crises ambientais: assim, ecoa as preocupações dos geógrafos radicais nas últimas décadas, que têm buscado historicizar e espacializar o que muitas vezes é apresentado como uma relação natural entre população e recursos (Harvey, 1974).

Reformular as questões de segurança hídrica de maneira que desafiem os argumentos despolitizados e ambientalmente deterministas é parte de um esforço mais amplo para compreender a coevolução mútua das sacionaturezas. Nesses termos, a segurança hídrica não é algo a ser garantido para os humanos com base na falta de água em um lugar. Em vez disso, parece emergir das complexas interações entre humanos e não humanos.³ Rompendo ainda mais quaisquer vestígios de determinismo e fornecendo um dos contrapesos mais brilhantes para a leitura estreita dos processos sicionaturais no discurso dominante em torno da segurança hídrica, Harvey (2008, 2009, 2011) defendeu uma abordagem dialética que dá o devido peso para momentos coevolutivos e internamente relacionados dentro do que pode ser entendido como uma composição sicionatural ou sociotécnica mais ampla. Dentro desse materialismo geográfico histórico, é possível considerar a segurança e a insegurança hídrica não como determinadas pela escassez de água ou por um enquadramento tecnológico determinista dos milagres pelo qual se pode erradicar a insegurança da água. Em vez disso, cada um dos momentos que Harvey identifica (relações de produção, relações sociais, vida cotidiana, ideias, relações com a natureza, tecnologias e instituições) precisa ser conceituado em sua relação de mudança contínua entre si. A reformulação de Harvey do materialismo geográfico histórico, portanto, provoca uma consideração muito mais matizada das questões da (in)segurança da água. Os determinismos simplistas e as prescrições políticas resultantes são evitados.

3 Existem aí semelhanças claras com trabalhos recentes sobre segurança ecológica (em oposição à ambiental). Todavia, questões políticas permanecem mais proeminentes dentro dessa abordagem de ecologia política mais ampla.

Garantindo o direito à água

Numa coleção recente de ensaios, essas perspectivas críticas foram levadas adiante em relação ao direito à água (Sultana; Loftus, 2012). Vários dos ensaios respondem à crítica perspicaz de Bakker (2012b) à luta pelo direito à água. Tal como acontece com os principais discursos sobre segurança hídrica, Bakker demonstra como conseguir o direito à água pode evacuar da política o conflito necessário para alcançar uma mudança real na governança da água. Mais uma vez, o exemplo da África do Sul é preocupante: a conquista da garantia constitucional do direito à água, respaldada pela Lei Nacional da Água, de 1998, falhou na maior parte das vezes ao não se refletir na melhoria do acesso à água. Paradoxalmente, a conquista desse direito parece ter levado alguns a uma situação pior do que se tal garantia nunca tivesse sido alcançada. Se vários autores perceberem essas armadilhas, o tom geral da coleção será otimista. Novas possibilidades são buscadas dentro de uma crítica das práticas existentes. Eu gostaria de explorar dois aspectos dessa crítica. Em primeiro lugar, gostaria de recorrer à sugestão de Bond (2012) de que há esperança nos movimentos sociais que contestam as estreitas interpretações jurídicas do direito à água. Embora longe de ser inequívoco, Bond incita ativistas acadêmicos a apoiarem esses movimentos e a contribuir com suas próprias interpretações teóricas: as lições para o trabalho sobre a segurança hídrica são, eu diria, uma miríade. Em segundo lugar, eu gostaria de desenvolver as sugestões de Sultana e Loftus (2012) de que tais lutas podem informar e ser informadas por uma certa sensibilidade gramsciana. Se as perspectivas críticas sobre a água foram eficazes na contestação das visões dominantes, isso nem sempre veio acompanhado por uma transformação das relações dos acadêmicos com os movimentos de base existentes.

Bond (2012, p. 199) afirma que “um ponto de vista marxista do direito à cidade defendido por Lefebvre e atualizado por Harvey” poderia ser implantado nos movimentos sociais urbanos existentes, permitindo uma reivindicação mais ampla e mais profunda do direito à água. Implementar essas conceitualizações é afastar-se irreversivelmente dos discursos mais dominantes; porém, se usado para revigorar as relações entre os estudiosos e os movimentos sociais dos quais eles esperam aprender, eu diria até que há grande potencial para radicalizar as reivindicações em torno da segurança hídrica. Talvez a virada central na conceituação lefebvriana do direito à cidade seja a afirmação de que a cidade é uma construção. Adquirir o direito de participar da *construção* da vida da cidade distingue o entendimento de Harvey sobre os direitos dos entendimentos mais estreitos baseados na distribuição de um bem comum. Interpretar o direito à água em termos semelhantes – como um processo democrático de forjar paisagens hídricas de maneiras dramaticamente diferentes – implicaria defender uma posição em que todos sejam capazes de participar democraticamente da produção, distribuição e troca de água. Em suma, tal reconceitualização exigiria uma democratização do que alguns chamam de paisagem hídrica e do que outros chamam de ciclo hidrossocial (Linton 2010).

Se Harvey leva o conceito de direito à cidade um pouco mais longe (ou o atualiza, como coloca Bond), é em seu alinhamento do direito à cidade com as ações dos movimentos sociais contemporâneos; com uma compreensão mais profunda da ligação entre as crises de superacumulação e os ajustes espaço- temporais que criam o ambiente construído; e, também, em sua breve sugestão de uma reaproximação com certos aspectos da compreensão de Robert Park da sociedade urbana. Assim, o direito à cidade é o direito a participar democraticamente de sua construção *ao*

mesmo tempo em que nos construímos. A dialética de Harvey surge fortemente na ênfase da coevolução mútua da sociedade urbana e dos indivíduos que fazem parte dela. Começar a reinterpretar a segurança hídrica por meio dessa lente - como sugerido em Bond (2012) – abre possibilidades bastante diferentes. A segurança hídrica poderia ser repensada como o direito de todos participarem democraticamente da garantia da produção e distribuição de água. Aspectos dessa interpretação aparecem fortemente na afirmação de Clark (2012) de que o direito à água deve ser lido como direito à participação. Embora reconhecendo as formas nas quais a participação pode ser lida como tirania, Clark evita interpretações mais estreitas, defendendo, em vez disso, uma democratização dos meios pelos quais o direito à água pode ser realizado.

Nas análises de Bond (2012) e Clark (2012) sobre o direito à água, algo mais também está implícito. Ambos parecem defender uma nova relação com os movimentos sociais que vêm buscando o direito à água. Embora o de Bond seja um argumento para uma nova perspectiva teórica, ele é moldado pela experiência daqueles envolvidos na luta pelo direito à água. Trata-se de uma pedagogia dialética na qual o educador deve ser educado também (Marx, 1975). Tal pedagogia dialética é uma das características definidoras da reconceitualização da política de Antonio Gramsci, uma reconceitualização que eu acho que pode revigorar as abordagens críticas da água.

Os escritos de Gramsci foram colocados em prática em relação à política da água de várias maneiras diferentes. Primeiramente, as perspectivas neogramscianas foram usadas nas análises de negociação de disputas transfronteiriças de água e capacidade de alguns grupos exercerem o que foi denominado hidro-hegemonia (Zeitoun; Warner, 2006; Selby, 2007; Davidson-Harden; Naidoo; Harden, 2007). Em segundo lugar, nas análises das relações de poder garantidas por meio da relação entre práticas materiais e forma infraestrutural (Ekers; Loftus, 2008). Terceiro, os *insights* de Gramsci permitiram compreender melhor a geografia histórica das lutas pela água (Loftus; Lumsden, 2008). Enquanto cada uma dessas contribuições *poderia* ser usada para criticar narrativas dominantes em torno da segurança hídrica e *poderia* informar uma nova conceitualização, um dos *insights* mais importantes de Gramsci é desafiar as hierarquias intelectuais por meio das quais uma política é normalmente praticada. Esse desafio fala diretamente sobre como as relações dos acadêmicos com os movimentos sociais podem ser remodeladas no futuro.

Embora geógrafos críticos muitas vezes estejam dispostos a desafiar as formas de produção de conhecimento nos discursos dominantes de “segurança”, essa disposição nem sempre é apoiada por esforços para criar uma relação diferente. Bakker destaca na sua revisão na (revista) *Science* sobre segurança hídrica, que, “a maioria da investigação acadêmica sobre a segurança hídrica é relativamente pouco integrada com as necessidades dos formuladores e implementadores políticos” (Bakker, 2012a, p. 915). Se a pesquisa acadêmica está mal integrada com as necessidades dos formuladores de políticas, a integração com os movimentos sociais é pior ainda. Os acadêmicos costumam ser ótimos críticos das falhas dos movimentos sociais, embora muito pouco dispostos a aprender com suas práticas. Com argumentos acadêmicos bizantinos, é possível demonstrar onde ativistas sul-africanos erraram e como eles puseram em risco a segurança hídrica e o direito à água dos mais pobres. Menos fácil é encontrar uma saída para essa confusão numa relação produtiva com os ambientalistas cotidianos daqueles mesmos movimentos sociais.

Gramsci confrontou essas questões em notas dispersas sobre o “senso comum”. Embora muitas vezes rejeitasse profundamente os paroquialismos mesquinhos que circulavam sob o disfarce

do bom senso, Gramsci também estava claramente ciente de que havia ali um terreno que poderia fornecer o ponto de partida para uma crítica. Assim, ele focaliza a atenção “no núcleo saudável que existe no ‘senso comum’, a parte dele que pode ser chamada de ‘bom senso’ e que merece ser tornada mais unitária e coerente” (Gramsci, 1971, p. 328). Em outro lugar, ele escreve:

[...] trata-se, portanto, de começar com uma filosofia que já goza, ou poderia gozar, de uma certa difusão, porque está ligada à vida prática e implícita nela, e de elaborá-la para que se torne um novo senso comum possuindo a coerência e a firmeza das filosofias individuais. Mas isso só pode acontecer se as demandas do contato cultural com os simples forem continuamente sentidas (Gramsci, 1971, p. 330).

Embora as ferramentas da ecologia política ou os *insights* de estudiosos do ciclo hidrosocial sejam importantes, eles não farão a menor diferença, a menos que façam parte de uma “filosofia” que já esteja conectada e implícita na vida prática. O direito à água é um desses aspectos do senso comum que, embora “fragmentado” e às vezes “incoerente”, como Gramsci diria, já se difundiu em várias sociedades e está ligado a experiências bem diretas de fazer e refazer a política da água em cada um desses locais. É por essas razões que as lutas pelo direito à água não podem simplesmente ser rejeitadas como equivocadas e podem, na verdade, conter algumas lições para a conquista democrática da segurança hídrica neste mundo.

O desafio para Gramsci era tornar mais unitário e coerente o núcleo saudável que existe no senso comum. Em vez de confiar nas tipologias claras do acadêmico para encaixar os pensamentos desordenados da população em seus devidos lugares, a coerência, para Gramsci, é uma medida da unidade entre teoria e prática. Se a crítica implícita contida nas lutas pelo direito à água é para ser explicitada e transformada num projeto político que pode levar a melhorias materiais para a maioria da população mundial, isso exigirá uma fusão de teoria e prática que só pode vir de uma pedagogia transformada na qual nós, como estudiosos críticos, aprendamos ativamente com as lutas democráticas para transformar as relações sacionaturais.

Transformando a segurança hídrica: assegurando um direito à água transformado

Que diferença pode fazer conceber a segurança da água não simplesmente como algo a ser garantido por uma tecnocracia em aliança com empresas, Estados e “sociedade civil” (Gray; Sadoff, 2007), mas como algo a ser batalhado democraticamente pela participação ativa de movimentos sociais em defesa de um acesso mais justo à água? Além disso, que diferença pode fazer conceber essa luta não apenas como aquela que efetua mudança material, mas que, no processo, transforma as relações técnicas, sociais, a vida cotidiana, as instituições, as ideias e as relações de produção de forma mais ampla? Em tal concepção, a “sociedade civil” não pode simplesmente ser tratada como uma massa a ser consultada sobre as mudanças com que em breve terá contato; em vez disso, pode ser reconhecida como o agente da mudança, a criadora de uma nova realidade.

Comecei este artigo rejeitando a desvalorização completa dos debates sobre segurança hídrica. Ao contrário de alguns ramos dos estudos de segurança, os debates sobre segurança hídrica têm estado muito mais atentos às questões de segurança humana, ambiental e até

ecológica. Acima de tudo, os interessados na segurança hídrica geralmente estão muito mais preocupados com as necessidades das populações mais vulneráveis do mundo. Essas populações, no entanto, são muitas vezes vistas como corpos passivos sujeitos aos caprichos do seu ambiente e, portanto, necessitando de resgate por sujeitos conhecedores e tecnologicamente capazes. A manutenção dessa relação de poder – entre os que conhecem a política da água e suas políticas e aqueles que devem ser guiados pelo conhecimento dos outros – reproduz formas de insegurança hídrica de várias maneiras. Os pontos de água tornam-se disfuncionais, na medida em que a insistência no pagamento do serviço impede que os mais pobres tenham acesso à água e que as tecnologias passam a dominar as decisões no lugar das pessoas a quem essas tecnologias deveriam servir. Sem transformar fundamentalmente as várias determinações que compõem a insegurança hídrica, essa insegurança será simplesmente revisitada de outra forma. Assim, advogo uma mudança que reconheça as muitas maneiras pelas quais os sujeitos da insegurança hídrica podem fazer sua própria história, embora não sob condições de sua própria escolha. E peço o reconhecimento das lições que nós, como estudiosos críticos, radicais e preocupados, podemos aprender a partir dos esforços de criar uma nova realidade. Meus coinspiradores neste projeto têm sido Henri Lefebvre e Antonio Gramsci. A base mais ampla sobre a qual argumento são os interesses compartilhados dos ativistas da água ao redor do mundo e dos acadêmicos críticos, muitas vezes dentro da Geografia, que recriaram a ecologia política da água.

Referências

- ANDERSON, B. **Imagined communities**. London: Verso, 1991.
- BAKKER, K. J. Water security. **Science**, v. 337, n. 6097, p. 914-915, 2012a. doi: <https://doi.org/10.1126/science.1226337>.
- BAKKER, K. J. Commons vs. commodities: debating the human right to water. In: SULTANA, F.; LOFTUS, A. (ed.). **The right to water: politics, governance and social struggles**. Abingdon, GB: Earthscan, 2012b.
- BAKKER, K. J. **Privatizing water: governance failure and the world's urban water crisis**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2010.
- BAKKER, K. J. **An uncooperative commodity: privatizing water in England and Wales**. Oxford, GB: Oxford University Press, 2003.
- BOND, P. The right to the city and the eco-social commoning of water: discursive and political lessons from South Africa. In: SULTANA, F.; LOFTUS, A. (ed.). **The right to water: politics, governance and social struggles**. Abingdon, GB: Earthscan, 2012.
- BROWN, C.; LALL, U. Water and economic development: the role of variability and a framework for resilience. **Natural Resources Forum**, v. 30, n. 4, p. 306-317, 2006. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1477-8947.2006.00118.x>.
- BUSTAMANTE, R.; CRESPO, C.; WALNYCKI, A. Seeing through the concept of water as a human right in Bolivia. In: SULTANA, F.; LOFTUS, A. (ed.). **The right to water: politics, governance and social struggles**. Abingdon, GB: Earthscan, 2012.

- CLARK, C. The centrality of community participation to the realization of the right to water: the illustrative case of South Africa. In: SULTANA, F; LOFTUS, A. (ed.). **The right to water: politics, governance and social struggles**. Abingdon, GB: Earthscan, 2012.
- COOK, C.; BAKKER, K. Water security: debating an emerging paradigm. **Global Environmental Change**, v. 22, n. 1, p. 94-102. 2012. doi: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.10.011>.
- DAVIDSON-HARDEN, A.; NAIDOO, A.; HARDEN, A. The geopolitics of the water justice movement. **Peace Conflict & Development**, n. 11, p. 1-34, 2007.
- DEEDAT, H.; COTTLE, E. Cost recovery and prepaid water meters and the cholera outbreak in Kwa-Zulu Natal. In: McDONALD, D. A.; PAPE, J. (ed.). **Cost recovery and the crisis of service delivery in South Africa**. London: Zed, 2002. p. 81-100.
- EKERS, M.; LOFTUS, A. The power of water: developing dialogues between Foucault and Gramsci. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 26, n. 4, p. 698-718, 2008. doi: <https://doi.org/10.1068/d5907>.
- GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks**. London: Lawrence and Wishart, 1971.
- GREY, D.; SADOFF, C. W. Sink or swim? Water security for growth and development. **Water Policy**, v. 9, n. 6, p. 545-571, 2007. doi: <https://doi.org/10.2166/wp.2007.021>.
- HARVEY, D. **The enigma of capital and the crises of capitalism**. London Profile, 2011.
- HARVEY, D. **Cosmopolitanism and the geographies of freedom**. New York: Columbia University Press, 2009.
- HARVEY, D. On the deep relevance of a certain footnote in Marx's Capital. **Human Geography**, v. 1, n. 2, p. 226-231. 2008. doi: <https://doi.org/10.1177/194277860800100205>.
- HARVEY, D. Population, resources, and the ideology of science. **Economic Geography**, v. 50, n. 3, p. 256-277, 1974. doi: <https://doi.org/10.2307/142863>.
- JONES, S. J. Sharing the recurrent costs of rural water supply in Mali: the role of WaterAid in promoting sustainable service delivery Unpublished PhD manuscript 2013.
- KAPLAN, R. D. The coming anarchy *Atlantic Monthly* 273 44-76 1994.
- LANKFORD, B.; BAKKER, K.; ZEITOUN, M.; CONWAY, D. (ed.). **Water security: principles, perspectives and practices**. Abingdon, GB: Routledge, 2013.
- LINTON, J. **What is water?** The history of a modern abstraction. Vancouver: University of British Columbia Press, 2010.
- LOFTUS, A.; LUMSDEN, F. Reworking hegemony in the urban waterscape. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 33, n. 1, p. 109-126, 2008. doi: <https://www.jstor.org/stable/30131211>.
- MARX, K. Theses on Feuerbach. In: **Early writings**: by K. Marx. Transl. R. Livingstone and G. Benton. London: Penguin/New Left Review, 1975.

- McDONALD, D. A.; PAPE, J. **Cost recovery and the crisis of service delivery in South Africa**. London: Zed, 2002.
- MOLLINGA, P.P. Water, politics and development: framing a political sociology of water resources management. **Water Alternatives**, v. 1, n. 1, p. 7-23, 2008.
- PHILO, C. Security of geography/geography of security. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, n. 1, p. 1-7. 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41427923>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- ROBBINS, P. **Political ecology: a critical introduction**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- SELBY, J. Beyond hydro-hegemony: Gramsci, the national, and the trans-national. **Third International Workshop on Hydro-Hegemony**. London: London School of Economics. 2007.
- SULTANA, F.; LOFTUS, A. (ed.). **The right to water: politics, governance and social struggles**. Abingdon, GB: Earthscan, 2012.
- SWYNGEDOUW, E. **Social power and the urbanization of water: flows of power**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SWYNGEDOUW, E.; KAIKA, M.; CASTRO, E. Urban water: a political-ecology perspective. **Built Environment**, v. 28, n. 2, p. 124-137, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23288796>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- UNDP. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Beyond scarcity: power, poverty and the global water crisis. **Human Development Report 2006**. New York City: UNDP, 2006.
- WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Progress on drinking water and sanitation. **2012 update**. New York City: WHO, 2012.
- ZEITOUN, M.; WARNER, J. Hydro-hegemony: a framework for analysis of trans-boundary water conflicts. **Water Policy**, v. 8, n. 5, p. 435-460, 2006. doi: <https://doi.org/10.2166/wp.2006.054>.

Recebido em: 1 mar. 2021

Aceito em: 18 jun. 2021